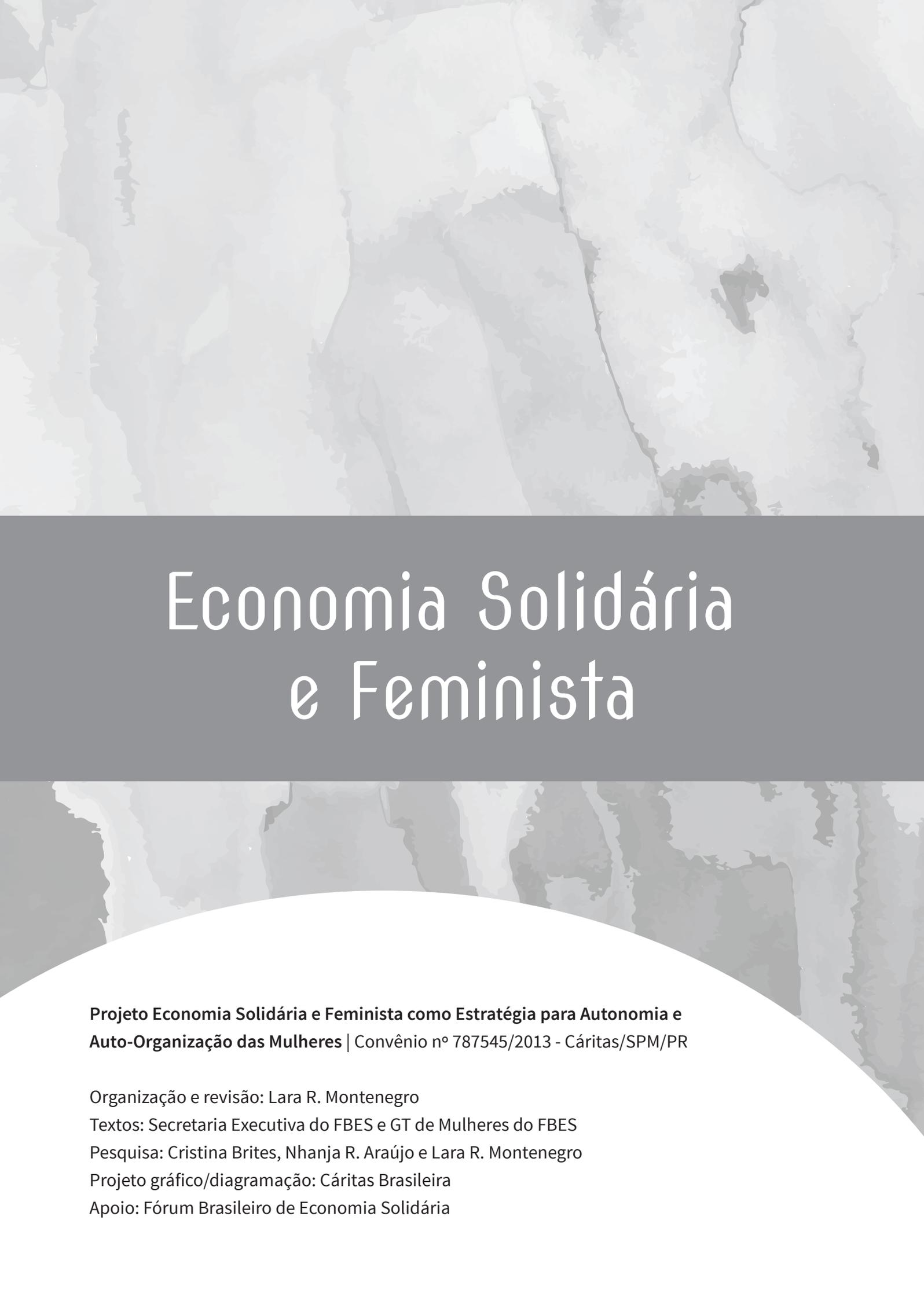


Economia Solidária e Feminista

2016





Economia Solidária e Feminista

Projeto Economia Solidária e Feminista como Estratégia para Autonomia e Auto-Organização das Mulheres | Convênio nº 787545/2013 - Cáritas/SPM/PR

Organização e revisão: Lara R. Montenegro

Textos: Secretaria Executiva do FBES e GT de Mulheres do FBES

Pesquisa: Cristina Brites, Nhanja R. Araújo e Lara R. Montenegro

Projeto gráfico/diagramação: Cáritas Brasileira

Apoio: Fórum Brasileiro de Economia Solidária

Apresentação

O Caderno sobre Economia Solidária e Feminista do Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES) é fruto de um processo de discussões e construção coletiva provocado pelo Projeto Economia Solidária e Feminista como Estratégia para Autonomia e Auto-Organização das Mulheres, uma iniciativa do GT de Mulheres do FBES desenvolvida com o apoio da Secretaria de Políticas para Mulheres (SPM-PR), por meio de convênio com a Cáritas Brasileira.

O projeto em questão, desenvolvido entre 2013 e 2016, promoveu a realização de um processo de formação junto às mulheres atuantes nos fóruns estaduais de economia solidária e em grupos e/ou organizações parceiras, com o objetivo de fortalecer o protagonismo das mulheres nestes espaços e problematizar a perspectiva da economia feminista no contexto da economia solidária.

Para tanto, foi concebido pelo GT de Mulheres do FBES um curso em plataforma de ensino à distância sobre economia solidária e feminista, cujo processo de preparação foi realizado coletivamente com ampla participação das mobilizadoras estaduais do projeto. Neste cenário, realizou-se um largo levantamento de documentos de referência, artigos, livros, matérias jornalísticas e vídeos que serviram como material de estudo e bibliografia para o curso.

O curso “Economia Solidária e Feminista para Mulheres” foi disponibilizado na plataforma de ensino à distância do site Cirandas.net e envolveu a participação de cerca de 50 tutoras e mais de 500 cursistas em todo Brasil, além das mobilizadoras nos 26 estados e no DF.

Esse caderno apresenta, portanto, a consolidação do levantamento bibliográfico sobre economia solidária e feminista realizado coletivamente no processo de organização do curso. Apresenta alguns textos e documentos de referência para o FBES e seu GT de Mulheres e, na sequência, traz uma coletânea de livros, artigos e vídeos sobre a temática, com suas referências eletrônicas para download. Cabe destacar a importância dos materiais disponibilizados pela Sempre Viva Organização Feminista (SOF) e pela Rede de Economia Solidária e Feminista (RESF).

Esperamos que esta publicação possa ser utilizada como instrumento para dar continuidade ao processo de empoderamento e fortalecimento do protagonismo das mulheres da economia solidária!

Uma boa leitura a todas/os!

Índice

Resgatando a história do Fórum Brasileiro de Economia Solidária	04
Estrutura organizacional do FBES	09
O GT de Mulheres do FBES	10
Mulheres rumo à V Plenária Nacional de Economia Solidária	11
Bandeiras políticas	14
A experiência feminista qualifica a Economia Solidária	18
Conferências Temáticas Livres – Economia Solidária e Feminista	19
Mulheres Rumo à III CONAES	19
Sistematização nacional das propostas	20
<i>Eixo 1 – Produção, comercialização e consumo</i>	20
<i>Eixo 2 – Financiamento: crédito e finanças solidárias</i>	21
<i>Eixo 3 – Acesso ao conhecimento: educação, formação e assessoramento</i>	21
<i>Eixo 4 – Ambiente institucional, legislação e integração de políticas públicas</i>	23
4. Coletânea de materiais sobre Economia Solidária e Feminismo	25
Livros	25
Artigos	26
Vídeos	29

Resgatando a história do Fórum Brasileiro de Economia Solidária

O Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES) está organizado em todo o país em mais de 160 fóruns municipais, microrregionais e estaduais, envolvendo diretamente mais de 3.000 empreendimentos de economia solidária, 500 entidades de assessoria, 12 governos estaduais e 200 municípios pela Rede de Gestores de Políticas Públicas de Economia Solidária.

O FBES é fruto do processo histórico impulsionado no I Fórum Social Mundial (I FSM), que contou com a participação de 16 mil pessoas vindas de 117 países, entre os dias 25 e 30 de janeiro de 2001. Dentre as diversas oficinas, que promoviam debates e reflexões, 1.500 participantes acotovelaram-se na oficina denominada “Economia Popular Solidária e Autogestão” onde se discutiu auto-organização dos/as trabalhadores/as, políticas públicas e perspectivas econômicas e sociais de trabalho e renda.

A manifestação de interesses e a necessidade de articular a participação nacional e internacional do I FSM propiciaram a constituição do Grupo de Trabalho Brasileiro de Economia Solidária (GT Brasileiro), composto de redes e organizações de diversas práticas associativas do segmento popular solidário: rural, urbano, estudantes, igrejas, bases sindicais, universidades, práticas governamentais de políticas sociais, práticas de apoio ao crédito, redes de informação e vínculo às redes internacionais. As doze entidades e redes nacionais que em momentos e níveis diferentes participavam do GT-Brasileiro eram: Rede Brasileira de Socioeconomia Solidária (RBSES); Instituto Políticas Alternativas para o Cone Sul (PACS); Federação de Órgãos para a Assistência Social e Educacional (FASE); Associação Nacional dos Trabalhadores de Empresas em Autogestão (ANTEAG); Instituto Brasileiro de Análises Socioeconômicas (IBASE); Cáritas Brasileira; Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST/CONCRAB); Rede Universitária de Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares (Rede ITCPs); Agência de Desenvolvimento Solidário (ADS/CUT); UNITRABALHO; Associação Brasileira de Instituições de Micro-Crédito (ABICRED); e alguns gestores públicos que futuramente constituíram a Rede de Gestores de Políticas Públicas de Economia Solidária.

O GT Brasileiro buscou a unidade na diversidade, favorecendo a construção da identidade do campo da denominada “Economia Solidária”, graças à prática de respeitar as contribuições diversas de cada região e especificidades de suas organizações. E sabia que era necessário também investir na divulgação, caracterizar suas atividades e se constituir como uma articulação de dimensão nacional. Foi a partir deste grupo que se propôs a constituição de um fórum em dimensão nacional. Dessa forma, tanto a realização das plenárias quanto a elaboração dos Princípios da Economia Solidária foram decisivas para ampliar e caracterizar seu campo de ação. O movimento que vinha sendo articulado pelo GT Brasileiro era constituído principalmente por entidades de assessoria/ fomento e por um segmento de gestores públicos e apontava para a necessidade de combinar a ampliação regional com o

investimento em empresas e empreendimentos de economia solidária. Faltava uma política pública nacional de Economia Solidária e um processo de enraizamento, constituído principalmente através de empreendimentos de economia solidária e empresas de autogestão nas diversas regiões do país.

No final de 2002, decorrente do processo eleitoral que culminou com a vitória do Governo Lula, o GT Brasileiro elaborou a Carta ao Governo Lula intitulada “Economia Solidária como Estratégia Política de Desenvolvimento”. Aquele documento de interlocução com o futuro governo apresentava as diretrizes gerais da Economia Solidária e reivindicava a criação da Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES). A elaboração e aprovação da carta ocorreram durante a I Plenária Brasileira de Economia Solidária, realizada em São Paulo, nos dias 9 e 10 de dezembro de 2002, contando com mais de 200 pessoas.

A II Plenária, realizada durante o FSM de janeiro de 2003, em Porto Alegre, foi aberta pelo GT Brasileiro e presidida pelo professor Paul Singer. Neste evento, foi publicado e distribuído o livro: “Do Fórum Social Mundial ao Fórum Brasileiro de Economia Solidária” para as/os 800 participantes, constituídos principalmente por representantes de empreendimentos, entidades de fomento e redes internacionais. A Plenária definiu agenda de mobilização de debates e sensibilização pelas regiões do país e legitimou o GT-Brasileiro como promotor do processo.

Em junho de 2003, realizou-se a III Plenária Brasileira de Economia Solidária, que contou com um processo preparatório de mobilização em 17 estados e teve a participação de 900 pessoas de diversas partes do país. Foi neste evento que foi criada, de forma definitiva, a denominação Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES). A SENAES foi constituída pouco antes deste evento. O FBES saiu desta III Plenária com a incumbência de articular e mobilizar as bases da Economia Solidária pelo país em torno da Carta de Princípios e da Plataforma de Lutas aprovadas naquela oportunidade. Além de se definir a composição e funcionamento do FBES, foi iniciado um processo de interlocução do FBES com a SENAES com o compromisso de promover um intercâmbio qualificado de interesses econômicos, sociais e políticos, numa perspectiva de superar práticas tradicionais de dependência, que tanto têm comprometido a autonomia necessária ao desenvolvimento das organizações sociais. O evento também desencadeou a criação dos fóruns estaduais e regionais que puderam garantir, por sua vez, a realização do I Encontro Nacional de Empreendimentos de Economia Solidária com trabalhadoras/es de todos os estados. Este encontro teve um total de 2500 pessoas e aconteceu entre os dias 13 e 15 de agosto de 2004.

Neste processo, a Economia Solidária foi desafiada a gerir abastecimento, comercialização, trabalhar com moeda social, promover rodadas de negócio, realizar feiras em todos os estados, fazer campanha de consumo consciente, comércio justo e solidário, constituir redes, cadeias produtivas, finanças solidárias, trabalhar no campo do marco legal (especialmente: lei geral do cooperativismo e cooperativa de trabalho).

Durante o III FSM, em Porto Alegre, realizou-se uma reunião de dezenas de representantes da América Latina, que promoveu a ampliação das perspectivas de integração regional do movimento de Economia Solidária e, com isso, o trabalho de articulação com a América Latina entrou definitivamente na agenda do FBES.

Em 2006, após a realização das conferências estaduais, quando foram escolhidos as/os delegadas/os e definidas as reivindicações e propostas, realizou-se a I Conferência Nacional de Economia Solidária, em Brasília, no período de 26 a 29 de junho. Na Conferência foram discutidas as resoluções voltadas à participação no Conselho Nacional de Economia Solidária e propostas para políticas públicas para a Economia Solidária.

Até a IV Plenária do FBES, em março de 2008, a representação nacional era composta por 16 entidades nacionais, de diferentes naturezas: de representação de empreendimentos (Abcred, Anteag, Concrab, Ecosol, Unicafe, Unisol Brasil); entidades e redes nacionais de assessoria, pesquisa e fomento (ADS/CUT, Cáritas Brasileira, FASE Nacional, Ibase, IMS, PACS, Rede ITCPs, Rede Unitrabalho); redes mistas (Rede Brasileira de Socioeconomia Solidária); e a Rede de Gestores de Políticas Públicas de Economia Solidária. Somavam-se a estas, na coordenação nacional, três representantes de cada Fórum Estadual de Economia Solidária (FEES), sendo dois trabalhadoras/es de empreendimentos (buscando contemplar o setor rural e o urbano) e um de entidade de apoio e fomento.

A Rede Nacional de Gestores de Políticas Públicas de Economia Solidária é uma articulação de gestores e gestoras de políticas de economia solidária de prefeituras, governos estaduais e do Governo Federal, que surgiu por iniciativa de gestores e gestoras de políticas públicas que participaram do processo de criação do FBES desde 2001, com a missão de ampliar o debate e a proposição de ferramentas adequadas dentro do Estado brasileiro para o fomento ao desenvolvimento da economia solidária, bem como estimular e fortalecer a organização e participação social deste segmento nas decisões sobre as políticas públicas.

Dessa forma, integram o FBES desde então os três segmentos do campo da Economia Solidária: empreendimentos da economia solidária, entidades de assessoria e/ou de fomento e gestores públicos.

*Empreendimentos Econômicos Solidários (EES) são organizações com as seguintes características: 1) Coletivas (organizações suprafamiliares, singulares e complexas, tais como associações, cooperativas, empresas autogestionárias, clubes de trocas, redes, grupos produtivos, etc.); 2) Seus participantes ou sócias/os são trabalhadoras/es dos meios urbano e/ou rural que exercem coletivamente a gestão das atividades, assim como a alocação dos resultados; 3) São organizações permanentes, incluindo os empreendimentos que estão em funcionamento e os que estão em processo de implantação, com grupo de participantes constituído e atividades econômicas definidas; 4) Podem ter ou não registro legal,

prevalecendo a existência real; 5) Realizam atividades econômicas que podem ser de produção de bens, prestação de serviços, de crédito (ou seja, de finanças solidárias), de comercialização e de consumo solidário;

*Entidades de assessoria e/ou fomento (EAF) são organizações que desenvolvem ações nas várias modalidades de apoio direto junto aos empreendimentos solidários, tais como: capacitação, assessoria, incubação, pesquisa, acompanhamento, fomento a crédito, assistência técnica e organizativa;

*Gestores públicos são aqueles que elaboram, executam, implementam e/ou coordenam políticas de economia solidária nas instâncias municipais e estaduais.

Neste período de apenas alguns anos de vida do FBES, houve um expressivo crescimento da Economia Solidária e de sua organização. Se em 2002 a organicidade da Economia Solidária se manifestava em apenas cinco estados, em 2003 as plenárias estaduais foram realizadas em 17 estados. A partir de 2006, os Fóruns Estaduais estavam presentes nos 27 estados do Brasil. O crescimento também tem promovido articulações e intercâmbios internacionais, especialmente com América Latina na Rede Intercontinental para a Promoção da Economia Solidária (RIPESS). Contudo, os avanços e a institucionalização, especialmente através da criação da SENAES e do Conselho Nacional, requereram uma definição cada vez maior do papel político e estratégico do FBES na luta e construção de um projeto de sociedade.

Caracterizar e identificar o FBES foram ações prioritárias no sentido de demarcar e qualificar o campo da denominada Economia Solidária, através do Mapeamento da Economia Solidária e da elaboração do Atlas da Economia Solidária no Brasil, frutos de uma política de integração do movimento da ES com o governo (Ministério do Trabalho e Emprego, através da SENAES). Numa breve avaliação deste processo de constituição, pode-se dizer que o movimento de Economia Solidária alcançou, em parte, o reconhecimento, a visibilidade e a legitimidade necessária.

Em 2006, iniciou-se o processo de mobilização rumo à IV Plenária Nacional de Economia Solidária, objetivando a reestruturação do FBES, partindo de encontros estaduais e regionais, cujo tema era "Por um novo modelo de organização da Economia Solidária". A sistematização dos resultados obtidos nesta primeira fase foi feita por uma Comissão de Reestruturação, e na sequência foram realizadas "Caravanas Rumo a IV Plenária", com 5 Seminários Regionais, onde foram aprofundadas as questões prioritárias. A última fase consistiu nas plenárias estaduais, de dezembro/2007 a fevereiro/2008, subsidiadas por um documento de aprofundamento dos debates que continha os eixos e questões para o FBES. As discussões estaduais deram origem ao documento-base para a IV Plenária.

Como resultado de todo este processo de construção coletiva, o FBES se define como um instrumento do movimento da Economia Solidária, um espaço de articulação e diálogo entre diversos atores e movimentos sociais pela construção da economia solidária como base fundamental de outro desenvolvimento sócio econômico do país que queremos. Para isso, duas são as atividades principais: 1. Representação, articulação e incidência na elaboração e acompanhamento de políticas públicas de Economia Solidária e no diálogo com atores de outros movimentos sociais se inserindo nas lutas e reivindicações sociais. 2. Apoio ao fortalecimento do movimento de Economia Solidária, a partir das bases.

Na construção do desenvolvimento que queremos, foram definidas as bandeiras e estratégias de ação para cada um dos eixos temáticos: Produção, Comercialização e Consumo Solidários; Formação; Sistema Nacional de Finanças Solidárias e Marco Legal.

Com relação à estrutura e forma de funcionamento, mantiveram-se os segmentos de representação: Empreendimentos de Economia Solidária, Entidades de Assessoria e Gestores Públicos. Definiram-se as instâncias constituintes: os fóruns locais (estaduais, microrregionais e municipais) com critérios obrigatórios para seu reconhecimento e de avaliação, e também as instâncias deliberativas, de gestão e apoio.

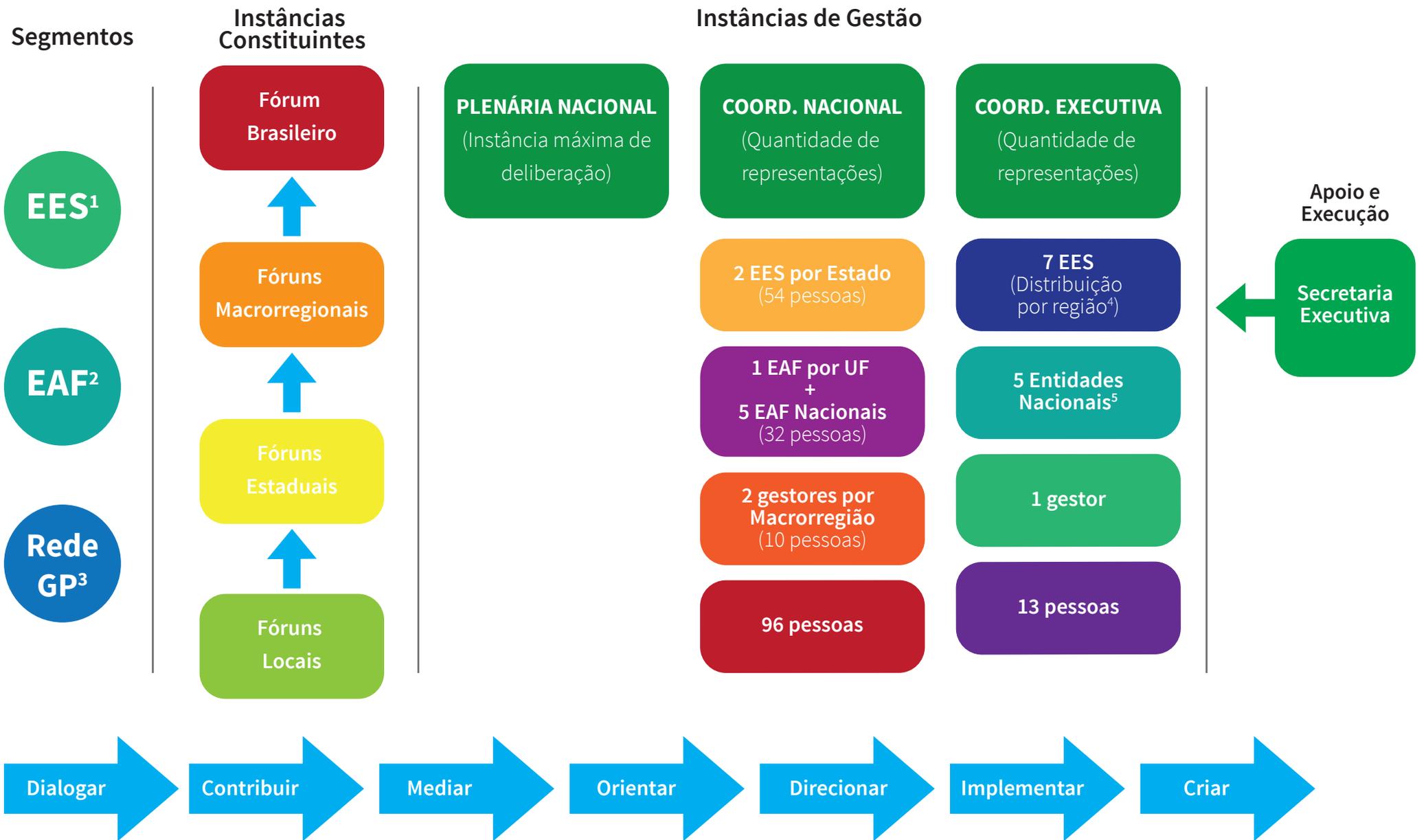
A Plenária Nacional é a instância máxima de deliberação do FBES, dando as diretrizes políticas para orientar a Coordenação Nacional e a Coordenação Executiva.

A Coordenação Nacional (re)orienta as ações da Coordenação Executiva, deliberando em última instância sobre questões políticas, operacionais e administrativas do FBES. É composta por entidades nacionais (no limite de até 12 representantes, a partir da comprovação de atuar em, no mínimo, 7 fóruns estaduais), pela representação dos fóruns estaduais (3 por estado: 2 EES e 1 EAF) e da rede de gestores (2 por macrorregião).

Para o trabalho de interlocução com movimentos sociais e instituições privadas e públicas além de gestão política do cotidiano, existe a Coordenação Executiva Nacional, composta por 13 representantes: 7 representantes de empreendimentos das regiões do país (2 do Norte, 2 do Nordeste, 1 do Sul, 1 do Sudeste e 1 do Centro-oeste); 5 representantes das Entidades e Redes nacionais e 1 representante da Rede de Gestores de Políticas Públicas de Economia Solidária. Além disso, a Coordenação Executiva tem a função de acompanhar os trabalhos da Secretaria Executiva Nacional, sediada em Brasília.

A partir de agosto de 2011, na estrutura atual das instâncias nacionais do FBES, as entidades nacionais são as seguintes: União Nacional das Cooperativas da Agricultura Familiar e Economia Solidária (Unicafes), Cáritas Brasileira, Instituto Marista de Solidariedade (IMS), Rede Universitária de Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares (Rede ITCPs) e Rede Unitrabalho.

Estrutura organizacional do FBES



¹Empreendimentos Econômico Solidário. ²Entidades de Apoio e Fomento. ³Rede Nacional de Gestores de Políticas Públicas de Economia Solidária. ⁴Nordeste = 2 pessoas; Norte = 2 pessoas; Sudeste = 1 pessoa; Sul = 1 pessoa; Centro-Oeste = 1 pessoa. ⁵Entidade: Cáritas, Instituto Marista de Solidariedade (IMS), Rede de Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares (ITCP), Rede Unitrabalho e União Nacional das Cooperativas da Agricultura Familiar e Economia Solidária (Unicafes).



A V Plenária Nacional ocorreu entre 9 e 13 de dezembro de 2012, em Luziânia-GO, e teve a participação de cerca de 600 trabalhadores e trabalhadoras, entre representantes estaduais, escolhidos nas etapas locais e estaduais, e também de convidados definidos pela Comissão Organizadora Nacional.

A V Plenária definiu a orientação política do movimento de economia solidária para o triênio 2013-2015. O lançamento desta plenária ocorreu durante a X Reunião da Coordenação Nacional do FBES, em agosto de 2011, quando foram definidos tema, objetivos, agenda e eixos prioritários. Daí em diante, ocorreram mais de 200 plenárias em todo o país, entre plenárias locais, temáticas, de balanço e estaduais, envolvendo mais de 10.000 trabalhadoras e trabalhadores da economia solidária. Tais discussões e confluência de ideias e proposições foram sistematizadas em um Documento Síntese, que serviu como referência para os debates da V Plenária Nacional.

Nesta Plenária, aprofundamos a discussão acerca da economia solidária como estratégia de desenvolvimento territorial, sustentável, diverso e solidário, como opção de organização popular e luta emancipada das/os trabalhadoras/es associadas/os. A economia solidária é, assim, uma proposta transversal e articulada com diversos temas, sujeitos e iniciativas para superação do modelo capitalista.

Os debates desta V Plenária se organizaram em três dimensões:

- Orientação política do movimento
- Orientação das ações do movimento
- Organicidade do movimento (estrutura e organização do FBES)

Assista aos vídeos:

<http://cirandas.net/v-plenaria-nacional-de-economia-solidaria/videos>

Acesse a Carta Política Final (documento e vídeo):

<http://cirandas.net/v-plenaria-nacional-de-economia-solidaria/carta-politica-da-v-plenaria-nacional-de-economia-solidaria>

O GT de Mulheres do FBES

O Grupo de Trabalho de Mulheres do FBES constituiu-se como desdobramento do GT de Gênero, o qual foi criado após articulação ocorrida na IV Plenária Nacional e reuniu-se pela primeira vez durante a VIII Reunião da Coordenação Nacional do FBES, em novembro de 2008. Três anos depois, durante a X Reunião da Coordenação Nacional do FBES, realizada em agosto de 2011, houve uma proposta de alteração da denominação do GT, que foi levada à votação,

sugerindo a mudança de GT de Gênero para GT de Mulheres, a qual causou grande discussão entre os presentes. O placar da votação definiu-se em: 20 gênero, 26 mulheres e 3 abstenções. Dessa forma, definiu-se pelo nome GT de Mulheres e que sua composição seria exclusivamente de mulheres, para que elas pudessem planejar sua representação, atuação e incidência nos espaços do FBES e articulações externas.

O GT de Mulheres do FBES promoveu diversas discussões e iniciativas desde o ano de sua criação, consolidando propostas e amadurecendo posicionamentos ao longo de sua trajetória. Dois importantes marcos nesse processo são o documento *Mulheres Rumo à V Plenária Nacional de Economia Solidária* e as propostas consolidadas nas 9 Conferências Temáticas Livres sobre Economia Solidária e Feminista, promovidas pela Rede de Economia Solidária e Feminista em março de 2014, como atividades preparatórias para a III Conferência Nacional de Economia Solidária.

Mulheres rumo à V Plenária Nacional de Economia Solidária

*Subsídio para o debate para a V Plenária Nacional de Economia Solidária
(documento elaborado pelo GT de Mulheres do FBES)*

A Economia Solidária no Brasil tem se fortalecido como um movimento de luta para a transformação do mundo. Esta proposição foi reafirmada na I e II Conferência Nacional de Economia Solidária, realizadas em 2006 e 2010, onde se definiu Economia Solidária como sendo “[...] geradora de trabalho emancipado, operando como uma força de transformação estrutural das relações socioeconômicas, democratizando-as, superando a subalternidade do trabalho em relação ao capital”. Define-se também como um dos itens de trabalho emancipado, que abrange tanto a esfera do trabalho produtivo quanto do reprodutivo. Caso contrário estaria excluindo parcela ativa, responsável pelo cuidado das pessoas, entre ela a maioria de mulheres.

A Economia Solidária traz como um de seus princípios fundantes a organização coletiva do trabalho. Esse princípio pressupõe a participação como essencial para o conhecimento dos processos cotidianos da prática laboral e corresponsabilidade de todas e todos com a gestão. Outra dimensão humanizadora é a relação solidária nas ações internas e externas, como base para a produção de um saber coletivizado e legitimado como de todas as pessoas.

As mulheres são a maioria na construção da Economia Solidária. Porém, a igualdade de participação entre homens e mulheres, em todos os seus espaços, ainda é um desafio a ser superado. Não podemos continuar reproduzindo a contradição, afirmando que as mulheres estão de fato em condição de igualdade, sendo que, no cotidiano da ação, isto não se reproduz. Ainda é consistente uma condição de desigualdade entre homens e mulheres.

Esta realidade nos leva a refletir sobre qual tem sido a contribuição dos processos vividos, das mulheres como sujeitos políticos na Economia Solidária, para construção de novas práticas de superação das desigualdades de gênero. Como as mulheres estão neste espaço? Que poder elas exercem ou não? Como a atuação neste espaço tem provocado mudanças concretas em suas vidas? Por que e como a economia solidária pode contribuir para a superação das desigualdades vividas pelas mulheres?

O movimento da Economia Solidária pode representar uma alternativa para mudarmos este quadro de desigualdade entre homens e mulheres. Essa é uma tarefa cotidiana de quem acredita nesse novo jeito de organizar, produzir, comercializar e consumir, pois a Economia Solidária é um caminho possível para pensar a divisão sexual do trabalho, segundo GUÉRIN (2005), e se garantir uma abordagem feminista em todos os seus processos.

Um debate central para a construção do feminismo dentro da Economia Solidária é o questionamento e o rompimento com a divisão sexual do trabalho. Para isto, é preciso ampliar o conceito de trabalho e compreender que as chamadas esferas da produção e da reprodução do trabalho não são separadas e independentes. Pelo contrário, são esferas articuladas.

Esta mudança na concepção perpassa por reconhecer o trabalho não remunerado e invisível, realizado pelas mulheres, que é fundamental para a sustentabilidade da vida humana. Contribui também para buscarmos políticas públicas de cuidados, como creches, restaurantes comunitários e lavanderias comunitárias que reduzam o trabalho doméstico, bem como a divisão deste com os homens e, assim, garantir às mulheres a construção da sua autonomia econômica e social.

Como a Economia Solidária se baseia em princípios contra hegemônicos, pode parecer mais fácil avançar no rompimento com a divisão sexual do trabalho, mas a realidade dos empreendimentos reproduz, na prática cotidiana, estas amarras. As mulheres se concentram em empreendimentos menos valorizados e há uma naturalização do lugar das mulheres nos empreendimentos mistos. As mulheres são ainda minoria nas direções e em outros espaços de decisão e, frequentemente, desempenham funções associadas às tarefas da esfera da reprodução.

Assim, o enfrentamento aos desafios colocados para a construção da Economia Solidária, com uma perspectiva feminista, passa por impulsionar que as mulheres rompam com o papel a elas colocado na sociedade e reproduzido nos empreendimentos, de modo que

passem a assumir mais as tarefas de produção, comercialização, gestão financeira, negociação, incorporação das tecnologias, e que seja alterada a relação das mulheres com o crédito.

Um elemento fundamental da Economia Solidária, que estabelece relação direta de contribuição com a luta feminista, é a autogestão. Na construção da autonomia das mulheres, a autogestão pode nos levar a práticas de igualdade, garantindo às mulheres espaços de decisão e representação política.

Vale destacar as conquistas obtidas pela inserção da pauta das mulheres desde a IV Plenária de Economia Solidária, com a criação do GT de Gênero, que em 2011 passou a ser um GT exclusivo de auto-organização das mulheres, chamando-se GT Mulheres do FBES. Tivemos a ampliação da participação das mulheres em espaços de coordenação e atuação política; o critério de participação de pelo menos 50% de mulheres representantes de empreendimentos e entidades nos fóruns, e ainda, da nossa maior integração com os outros movimentos sociais, principalmente dos movimentos feministas que abarcam a economia solidária como uma de suas bandeiras.

Neste sentido, nesta V Plenária Nacional da Economia Solidária, queremos contribuir para a realização do debate a partir da Economia Feminista, trazendo outra discussão para a Economia Solidária: a necessidade de colocar a reprodução humana na centralidade do debate econômico, envolvendo a divisão sexual do trabalho e a necessidade de construir valores sociais para “a produção do bem viver”.

Queremos também avançar em ações afirmativas no interior dos espaços de representação da Economia Solidária no FEES e FBES. É necessário também construir e fortalecer a auto-organização das mulheres, com GTs de discussão e elaboração e articulação de propostas de políticas com abordagem feminista, que garantam a integração das esferas do trabalho produtivo e reprodutivo.

Portanto a Economia Solidária pode contribuir com a luta feminista, na medida em que cria condições de desnaturalizar a separação de público e privado, produtivo e reprodutivo – desconstruindo a divisão sexual do trabalho, recolocando o olhar para o trabalho de cuidado com as pessoas como uma esfera mantenedora e relacionada ao mundo produtivo.

A presença do feminismo no movimento de construção da Economia Solidária, sem dúvida, será determinante para construir, de fato, outra economia com base na igualdade e autonomia de seus sujeitos.

Bandeiras políticas

As bandeiras políticas das mulheres partem de três eixos de atuação: **Resistência das mulheres trabalhadoras na luta pelo fim da opressão e exploração dos sistemas capitalista e patriarcal**, voltada a um outro jeito de produzir, reproduzir e viver; **Denúncia das práticas de violência contra as mulheres, da mercantilização do seus corpos e exploração do seu trabalho** (práticas de exploração, machismo e desigualdade nas relações de gênero, e ainda, transformação das relações desiguais de gênero, raça e classe nas dimensões da vida: social, econômica, afetiva e política); **Alternativas para a consolidação desta sociedade justa, solidária e sustentável**, com base nas experiências de economia solidária, superando o patriarcado e o capitalismo.

Neste sentido, segue a estruturação das principais bandeiras políticas relacionadas a estes três eixos: resistência, denúncia e alternativas.

Organização, produção, comercialização e consumo solidário em sintonia com finanças solidárias e sustentabilidade

A Economia Solidária propõe não apenas trocas mercadológicas de produtos, mas atua para processo de conscientização feito de forma participativa entre produtoras e produtores, consumidoras e consumidores, guiados pelo princípio da autogestão.

Garantir a articulação desses aspectos significa acreditar na construção de um instrumento concreto, que garanta que os princípios e valores presentes na organização dos/as trabalhadores/as permaneçam também nos momentos da produção, comercialização e consumo, como soberania alimentar: agroecologia, autonomia e preço justo. E ainda, na consolidação de experiências sustentáveis que respeitem o meio ambiente, a biodiversidade e as relações humanas.

No caso particular de projetos produtivos da Economia Solidária desenvolvidos por mulheres, sabemos que a busca desse horizonte transcende a afirmação de princípios éticos, solidários e de igualdade de classe, expressados ao longo do processo de constituição deste movimento. Necessitamos que as mulheres estejam presentes de forma real e concreta em todos os espaços, sendo sujeitos da ação e da construção dessa outra forma de fazer economia.

Na construção da proposta do PRONADES – Programa de Desenvolvimento da Economia Solidária, dedicamos um olhar especial para o fortalecimento das mulheres é extremamente necessário.

Neste sentido, precisamos encontrar caminhos e respostas, construindo ações de valorização do trabalho das mulheres, e neste sentido destacamos as seguintes propostas:

- Fortalecer a presença das mulheres nos espaços de produção, comercialização e consumo;
- Fortalecer a presença das mulheres nos espaços de tomada de decisão, seja nos Fóruns, nos Conselhos, nos Grupos de Trabalho e outras instâncias;
- Garantir linhas de crédito para as mulheres urbanas, desburocratizar e ampliar o acesso ao crédito PRONAF Mulher, além da criação de compras institucionais específicas;
- Visibilizar a produção das mulheres;
- Construir formas de socializar as tarefas do cuidado das pessoas nos espaços da economia solidária, por exemplo, com cirandas solidárias e rotatividade de funções;
- Realizar ações de combate à violência contra a mulher e divulgar a Lei Maria da Penha nas organizações sociais mistas, além da construção de casa abrigo para mulheres em situação de violência, com mecanismos de atendimento humanizado, no campo e na cidade;
- Efetivar o cuidado e respeito à natureza em todas as etapas produtivas e no consumo;
- Fortalecer as redes produtivas e apoio aos mercados institucionais;
- Apoio para articulação política e auto-organização das mulheres da economia solidária;
- Garantir nas atividades da economia solidária recreadores responsáveis por cuidar das crianças de maneira a facilitar a participação das mulheres em eventos;
- Garantir instrumentos apoiados por políticas públicas que auxiliem na autonomia econômica das mulheres: cozinhas comunitárias, creches urbanas e rurais, lavanderias, núcleos de produção de artesanato;
- Garantir equipamentos de ergonomia para as mulheres trabalhadoras, como cadeira, iluminação e segurança;
- Fundo nacional e estadual da Economia Solidária que faça o recorte de gênero e promova ações específicas para as mulheres;
- Titularidade da terra seja também decidida pelas e para as mulheres;
- Garantir uma assistência técnica adequada às experiências produtivas das mulheres.

Educação / formação e economia solidária

“O FBES, em sua metodologia, incorpora a participação não como uma técnica, mas como uma estratégia fundante da valorização dos diversos saberes, superando, pela prática educativa, a separação entre trabalho manual, trabalho intelectual, trabalho produtivo e reprodutivo” (Relatório da II Oficina Nacional sobre Formação em ES).

É fundamental reconhecer que existem relações de poder entre mulheres e homens e que as mulheres ocupam um lugar de desvantagem na sociedade. Essa questão está baseada no pensamento patriarcal, pelo qual existe uma superioridade dos homens em relação às mulheres. É preciso desnaturalizar esse pensamento e isso deve passar por um processo de educação, visando acabar com as desigualdades e a opressão vivida pelas mulheres.

A educação para Economia Solidária deve contribuir para organização de novas formas de viver, produzir, comercializar, consumir e distribuir riquezas, gerando solidariedade, cooperação e igualdade de gênero. Deve ser libertadora e emancipadora e reconhecer as mulheres como sujeitos desse processo. A metodologia autogestionária, orientada pelos princípios da educação nos processos de decisão, seja no planejamento, na realização, na avaliação e na sistematização das atividades, deve ressaltar e estimular a autonomia das mulheres.

Para isso, os seguintes pontos são fundamentais:

- Diagnósticos e estudos que incorporem as questões de gênero, analisando e desnaturalizando a divisão sexual do trabalho;
- Garantir, nos diagnósticos e mapeamentos da Economia Solidária, dados desagregados por sexo, raça e classe, de forma a permitir análises da realidade considerando as três dimensões como estruturantes das desigualdades.
- Valorização e sistematização dos saberes e tecnologia das mulheres;
- Visibilização e valorização do trabalho realizado pelas mulheres;
- Formação política para o fortalecimento e auto-organização das mulheres visando a transformação das desigualdades de gênero, raça e classe na sociedade;
- Combater a linguagem sexista e racista, oral e escrita em todos os documentos e discursos do FBES;
- Incluir o tema raça e gênero como uma das dimensões estruturantes das desigualdades nos processos de educação;
- Educar para o compartilhamento do trabalho do cuidado das pessoas entre homens e mulheres, desnaturalizando a divisão sexual do trabalho;

- Denunciar e desconstruir a cultura patriarcal e capitalista nas práticas da Economia Solidária;
- Garantir esses conteúdos na grade curricular nos processos de formação inseridos dos Centros de Formação de Economia Solidária (CFES);
- Garantir que a perspectiva feminista perpassa todo o Plano Político Pedagógico dos CFES, abarcando todos os conteúdos a serem trabalhados;

Articulação com outros movimentos sociais

A integração de lutas e bandeiras é uma pauta presente do FBES e que também se soma no avanço da bandeira das mulheres da economia solidária, tanto na dimensão política, quanto na ação conjunta, por exemplo, com ANA (Articulação Nacional de Agroecologia), AMB (Articulação de Mulheres Brasileiras), MMM (Marcha Mundial das Mulheres), FBSSAN (Fórum Brasileiro de Segurança e Soberania Alimentar), MMC (Movimento de Mulheres Camponesas), além de movimentos e articulações internacionais.

Visibilidade e comunicação com a sociedade

A atuação com o tema do feminismo para fora do movimento de economia solidária também é uma ação estratégica já realizada, visto que estamos ampliando a luta de transformação da sociedade, que pode ser fortalecida em conjunto com os outros movimentos sociais e com instrumentos educativos como o teatro, atividades culturais, feiras e formação, assim como nos materiais de divulgação e produção de conhecimentos.

Organização Nacional do Grupo de Trabalho das Mulheres

O tema de gênero e das mulheres surge com mais força na economia solidária no período da IV Plenária. A dificuldade de inserir o tema como um dos eixos de debate e sua invisibilidade no documento final trouxeram a visualização da necessidade de organização interna, levando o tema para as bases e para a organização nacional do FBES. Ainda é diagnosticada uma grande dificuldade de inserção do tema nos fóruns de economia solidária e de encará-lo como temática estruturante. É como se pelo fato do movimento ter maioria de mulheres, as questões de igualdade de gênero, PATRIARCADO e machismo estivessem resolvidas. Os problemas enfrentados pelas mulheres tem que ser entendidos como algo que é público e portanto político, e não apenas questões das mulheres.

Desta forma, é fundamental a apropriação, o debate e a proposição sobre o tema das mulheres, que terá impulso com a criação de grupos de trabalho das mulheres nos fóruns estaduais, que somam ação, pauta e representação para o GT Nacional. Um dos desafios nesta estruturação, comum para o FBES, é a sustentabilidade da sua dinâmica e realização de encontros. Mas a economia solidária traz a novidade de uma nova forma de gestão, produção e reprodução que tem que avançar na sua própria manutenção enquanto um movimento

nacional organizado e na criatividade de formas de comunicação e interação.

Somos então desafiadas (os) enquanto pessoas a buscar o bem viver entendido como as condições humanas, justas e solidárias necessárias para a produção e reprodução da vida. Portanto, é necessário garantir a relação com todas as dimensões do viver: social, afetiva, econômica, política e ambiental, incorporando as questões de gênero, raça e classe como estruturadoras para vivenciarmos uma outra sociedade.

A experiência Feminista qualifica a Economia Solidária

Texto extraído do Informativo n. 01 da Rede de Economia Solidária & Feminista (RESF) - Março/Abril 2014

As mulheres são maioria na Economia Solidária. Porém, a igualdade entre homens e mulheres, bem como todo o conjunto de questões que envolve a divisão sexual do trabalho - nas esferas pública e privada - ainda é um desafio a ser superado.

É preciso ampliar o conceito de trabalho e compreender que estas esferas, da produção e reprodução, não são separadas e independentes. Ao contrário, são articuladas. Esta mudança de concepção contribui para reconhecer o trabalho doméstico e de cuidados, hoje realizado quase que na totalidade pelas mulheres - fundamental para a sustentação da vida humana.

Como a economia solidária se baseia em princípios contra hegemônicos, pode parecer mais fácil avançar no rompimento com a divisão sexual do trabalho. Mas a realidade dos empreendimentos reproduz, na prática, as amarras: as mulheres se concentram em empreendimentos menores, mais informais e frágeis, são minoria nas direções e em outros espaços de decisão e, frequentemente, desempenham funções associadas às tarefas da esfera da reprodução.

Acreditamos, entretanto, que a Economia Solidária pode representar uma alternativa para mudarmos este quadro de desigualdade vivido pelas mulheres. Neste sentido, discutir estas questões, apresentar proposições e vivenciar experiências de igualdade, torna-se tarefa cotidiana e coletiva para quem acredita nesse novo jeito de produzir, comercializar e consumir.

Desta forma, a construção da economia solidária, com uma perspectiva feminista, passa por impulsionar que as mulheres rompam limites, de modo a assumir mais as tarefas de produção, comercialização, gestão financeira, negociação, incorporação das tecnologias e que tenham acesso a crédito.

Nesta III Conferência Nacional da Economia Solidária, queremos contribuir com a construção de políticas públicas a partir da Economia Feminista, trazendo uma outra discussão para a economia solidária: a necessidade de colocar a reprodução humana na centralidade do debate econômico, envolvendo a divisão sexual do trabalho e a necessidade de construir valores sociais para “a produção do viver”.

Entendemos que, desta forma, a Economia Solidária pode contribuir com a luta feminista, na medida em que forem criadas condições para desnaturalizar a separação de público e privado, produtivo e reprodutivo desconstruindo a divisão sexual do trabalho e recolocando o olhar para o trabalho do cuidado das pessoas como uma esfera relacionada ao mundo produtivo. E a contribuição da Economia Feminista, no movimento da Economia Solidária, sem dúvida, será determinante para construir, de fato, outra economia - com base na igualdade e autonomia de seus sujeitos. Nossa experiência, nesta construção, associa a auto-organização das mulheres que fazem economia solidária com o conjunto das lutas feministas, que extrapolam o âmbito local e imediato - construindo uma visão global da transformação social que queremos, para o desenvolvimento de uma economia que tenha como objetivo o bem viver humano, em uma sociedade realmente democrática e igualitária.

Conferências Temáticas Livres – Economia Solidária e Feminista

Mulheres Rumo à III CONAES

A Rede Nacional de Economia Solidária e Economia Feminista, articulada pela Guayí, em parceria com a Secretaria Nacional de Economia Solidária (Senaes/MTE) provocou, durante o mês de março de 2014, nove Conferências Temáticas Livres de Economia Solidária e Feminista, para debatermos a pauta da III Conferência Nacional de Economia Solidária, a partir da experiência das mulheres que estão na economia solidária e das contribuições da economia feminista. Com isso, nos somamos ao esforço nacional do movimento de economia solidária e da Senaes de preparação da III Conaes.

Reproduzimos, neste boletim, as propostas elaboradas nestas Conferências, realizadas em conjunto com as parcerias de cada um dos estados (RS, PR, SP, RJ, DF, PE, RN, CE e PA), integrando também as comemorações do Dia Internacional da Mulher.

Apesar das questões relativas às mulheres virem sendo discutidas já há algum tempo nas diversas instâncias do movimento da Economia Solidária, por vezes ainda soam como dispersas e distantes. E, centralmente, persiste a invisibilidade do trabalho das mulheres tanto o produtivo, quanto o da esfera reprodutiva e dos cuidados.

As propostas aqui apresentadas revelam um conjunto de questões que não são novas para a Economia Solidária, mas que puderam ser discutidas e elaboradas com mais profundidade durante estas Conferências. Tirar o pano que encobrem estas questões, se debruçar sobre elas e extrair propostas que podem transformar a sociedade certamente é uma grande contribuição da Economia Feminista para a III Conaes, visando a qualificação da Economia Solidária como um todo.

Sistematização nacional das propostas

Eixo 1 – Produção, comercialização e consumo

1. Promover a sustentabilidade administrativa e produtiva nos empreendimentos de ES das mulheres, enfatizando, neste processo, sua capacitação para gestão;
2. Ampliação das Feiras de Economia Solidária e apoio para construção de Feiras específicas para promover a Economia Solidária e Feminista, bem como constituir espaços de comercialização permanentes e desenvolver políticas públicas para o consumo consciente, promovendo debates também sobre as trocas solidárias;
3. Aproveitamento dos espaços públicos ociosos existentes para produção e comercialização, sem ônus para os grupos de Economia Solidária;
4. Organizar espaços nos Bairros para comercialização dos produtos locais, fomentando a participação das mulheres em seus espaços de vivência;
5. Consolidar o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), com facilitação de acesso aos programas e valorização da produção local, além da remuneração justa da produção e adequação da legislação sanitária voltada para a produção do mercado interno, ao modo e escala de produção da economia familiar camponesa;
6. Amplo acesso à comercialização, para as mulheres quilombolas e indígenas;
7. Fortalecimento, com as políticas nacionais de apoio ao artesanato contemplando, também os EES e fomento da sua comercialização em Feiras e eventos; pontos fixos e compras públicas;
8. Desenvolver pesquisas sobre o potencial de produtos e serviços realizados pela Economia Solidária a serem demandados por compras públicas - com a instituição de cotas fixada por legislação e regramento institucional necessário e investir na organização e no suporte técnico, jurídico e de gestão para viabilização destes negócios,
9. Aprovação, pelo Congresso Nacional, do marco regulatório da economia

solidária; Institucionalização, fortalecimento e difusão do Sistema Nacional de Comércio Justo, com seus desdobramentos na organização da política pública e na certificação solidária, reconhecendo e destacando nossos empreendimentos;

10. Construir uma política pública de incentivo às compras privadas, em especial dos supermercados, da Economia Solidária, utilizando-se dos mecanismos e instrumentos que o poder público tem, em todos os níveis federativos, relacionados às concessões públicas à iniciativa privada e às compensações que a iniciativa privada deve pagar pelos impactos de suas atividades econômicas no meio urbano.

Eixo 2 – Financiamento: crédito e finanças solidárias

1. Que a Declaração de Aptidão ao PRONAF (DAP) seja um direito de todos os membros da família, com igualdade de direitos;
2. Legislação que permita o acesso específico de crédito para a mulher trabalhadora rural, independente dos limites de crédito vinculados a DAP;
3. Linhas de crédito e financiamento para os empreendimentos de mulheres da ES, com taxas mínimas de juros e com subsídios;
4. Acesso à crédito popular, para investimento e capital de giro, com assessoramento e apoio social, em equilíbrio com a qualificação e formação permanente para as mulheres, principalmente as de pequenas cooperativas e empreendimentos;
5. Constituição de Fundos de Apoio às Finanças Solidárias, com linhas específicas de acesso para os EES de mulheres;
6. Desburocratização do acesso ao crédito nos Fundos Solidário existentes, permitindo o acesso aos empreendimentos solidários, de acordo com sua realidade;
7. Incentivo à Fundos Solidários formados pelos grupos das mulheres;
8. Política de apoio à constituição de Bancos comunitários, inclusive na área rural.

Eixo 3 – Acesso ao conhecimento: educação, formação e assessoramento

1. Que seja criado o PRONATEC da Economia Solidária, com forte formação para autogestão, incluindo teoria e conhecimento sobre experiências concretas, além dos instrumentos para administração solidária, gestado e administrado com instituições comprometidas com a ES e voltado para suas necessidades

específicas, com comitê gestor composto também com empreendimentos de mulheres e entidades de apoio, contemplando o perfil de mulheres da Ecosol, em especial na escolaridade e na necessidade de cuidado com as crianças para que as mulheres possam se capacitar;

2. Promover igualdade de acesso aos programas de qualificação profissional, sem produzir o confinamento das mulheres às profissões ditas femininas, estimulando, inclusive, a capacitação em comunicação e novas tecnologias, visando a diversificação profissional, além da capacitação das mulheres rurais e quilombolas, valorizando suas especificidades;

3. Inserir, nas capacitações em ES, formação feminista, para todos os segmentos, de forma que a igualdade de direitos e os cuidados e a dimensão reprodutiva da vida sejam reconhecidos como indispensáveis e de responsabilidade de todos: mulheres, homens e estado;

4. Desenvolver as atividades de formação e qualificação nos espaços de produção dos Empreendimentos (ou em local próximo) para viabilizar a participação das trabalhadoras nestas atividades, com a previsão de espaços/atividades para o cuidado com as crianças;

5. Comunicação como eixo estratégico de fortalecimento do movimento da Economia Solidária e Feminista, com visibilidade às mulheres dos empreendimentos solidários de comunicação e produção cultural, viabilizando sua participação nos espaços representativos; e proporcionando o acesso e qualificação nas tecnologias de comunicação nos EES;

6. Que a Educação Formal contemple, em seu currículo, uma cadeira regular de Economia Solidária e que se promovam ações, nas escolas das Redes Públicas e Privadas, das áreas urbanas e Rurais, integrando os princípios da economia solidária e feminista e adequando as políticas de educação socioambiental, vinculando-as aos princípios da sustentabilidade e do consumo consciente;

7. Que, além da qualificação técnica (relacionada aos temas da gestão, administração, planejamento e comercialização), as atividades de formação para as mulheres, de todos os segmentos, incluam:

- a. Formação política (história de luta das mulheres, esfera reprodutiva e dos cuidados) para construção de identidade feminista, bem como pertencimento racial e étnico;
- b. Práticas de controle social e participação das mulheres nos espaços públicos;
- c. Formação continuada sobre a importância das mulheres na construção

e fortalecimento da Ecosol;

d. Valorização e autoestima, fortalecimento da participação das mulheres na sociedade, nas políticas públicas e nos espaços de decisão;

8. Que a Senaes, Secretarias Estaduais e Municipais, façam o recorte de gênero, raça e etnia no seu sistema de comunicação, principalmente no Banco de Dados do Cidadão, mostrando o conjunto de indicadores desagregados e facilitando a utilização desta ferramenta;

9. Qualificar espaços públicos permanentes (Casas da Ecosol, Centros de Referência, Pontos Fixos, etc) com condições de infraestrutura e equipamentos para realização de formação e qualificação técnica de Ecosol, incluindo a instalação de telecentros;

10. Construir legislações que reservem uma cota obrigatória de tempo para divulgação da Economia Solidária nos meios de comunicação que recebem concessão pública. Organizar campanhas de divulgação da Ecosol, ampliando o desenvolvimento de aplicativos que permitam a localização dos EES.

Eixo 4 – Ambiente Institucional, legislação e integração de políticas públicas

1. Que os governos desenvolvam políticas públicas para a criação e fomento de equipamentos e serviços sociais, como lavanderias coletivas, cozinhas comunitárias e restaurantes populares, em ^ bairros e regiões com concentração populacional de baixa renda, estimulando a autogestão comunitária e a geração de trabalho e renda para os Empreendimentos de Economia Solidária, dentro da proposta de Desenvolvimento Local;

2. Creche para as crianças como um direito fundamental para as trabalhadoras do campo e da cidade, com aumento das vagas em creches (EMELs) ou apoio a constituição de creches em EES, incluindo os horários em que estão participando de cursos de qualificação, os eventos públicos e a incubação dos empreendimentos; Aumentar os núcleos do Programa Mais Educação, criado pela Portaria Interministerial nº 17/2007, aumentando a oferta educativa de turno integral nas Escolas Públicas, para que as mães possam dedicar-se ao trabalho, tendo os filhos devidamente assistidos;

3. Considerar as especificidades das mulheres na elaboração das políticas públicas e editais para incluir o custeio das atividades de cuidados nas previsões orçamentárias;

4. Criação e ou fortalecimento de Decretos ou Leis, que tratam da certificação dos

empreendimentos e que estabelecem Compras Públicas para empreendimentos da Economia Solidária, com recorte de gênero; incluindo a Certificação Participativa da produção agroecológica;

5. Garantir acesso a previdência social para as trabalhadoras e trabalhadores da Ecosol, com ampliação dos direitos e benefícios, como a licença paternidade para estimular os homens a assumir as tarefas de cuidados e reprodução;

6. Criar e fortalecer os mecanismos que protegem as pessoas e a produção da deriva dos agrotóxicos (ANVISA); criação de legislação específica para as Cooperativas da Agricultura Familiar, diferenciada das cooperativas empresariais;

7. Investimentos e desburocratização no reconhecimento da delimitação de terras das comunidades quilombolas e indígenas; que as mulheres pescadoras e as trabalhadoras da cadeia da pesca tenham seus direitos igualmente reconhecidos e garantidos e que os poderes públicos garantam escolas, creches, postos de saúde e condições de escoamento da produção nos assentamentos da reforma agrária e que se amplie o acesso à terra para as mulheres;

8. Que se assegure, na incubação de empreendimentos, a infraestrutura de creches, em ação articulada com a política pública de educação, bem como ações articuladas com o sistema de proteção social previsto pelo ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente) e pela LOAS (Lei Orgânica de Assistência Social); que as instituições garantam creches para cuidado com as crianças quando da organização dos eventos públicos, facilitando também a participação das mulheres;

9. Estimular a criação de Conselhos Municipais e Estaduais de Economia Solidária, como espaços de discussão, proposição, deliberação, monitoramento e controle social da política pública de economia solidária, incluindo espaços específicos para formulação de políticas públicas para as mulheres;

10. Fortalecimento das Conferências, nas áreas das diversas políticas públicas e, centralmente, da economia solidária, garantindo sua construção democrática, em todos os níveis federativos, como espaços públicos institucionais de formulação de diretrizes, políticas e prioridades e, portanto, que & sejam assumidas como espaços de deliberações a serem implementadas;

11. Garantir a integração com as demais políticas públicas articuladas pelos governos, em especial as que tratam da saúde e da prevenção e enfrentamento à violência contra a mulher, com políticas públicas para o fomento à empreendimentos de mulheres em situação de vulnerabilidade e de violência;

12. Fortalecimento dos Fóruns de Economia Solidária, como instâncias do movimento de Economia Solidária

Coletânea de materiais sobre Economia Solidária e Feminismo

LIVROS

ALVES, B. M. e PITANGUY, J. **O que é feminismo**. Ed. Abril Cultural/Brasiliense. Col. Primeiros Passos. Disponível em:

<<https://pt.scribd.com/doc/113816280/O-que-e-Feminismo-Branca-Moreira-Alves-e-Jacqueline-Pitanguy-Colecao-Primeiros-Passos>>

Dossiê mulheres negras: retrato das condições de vida das mulheres negras no Brasil.

MARCONDES, M. M. [et al.] (orgs). Brasília: Ipea, 2013. Disponível em:

<www.seppir.gov.br/assuntos/dossie_mulheres_negrasipea.pdf>

Economia política nas mãos das mulheres: uma experiência de educação popular. Rio

de Janeiro: PACS, 2010 (Semeando socioeconomia, n. 12). Disponível em:

<<http://www.pacs.org.br/files/2012/12/Semeando-12.pdf>>

Jovens mulheres e políticas públicas. LOBATO, A. L. (org.). Brasília: SGPR, 2014. (Série Juventude Estudos) Disponível em:

<http://juventude.gov.br/articles/participatorio/0009/3235/Jovens_Mulheres_e_politicas_publicas.pdf>

Pelas mulheres indígenas – Thydêwá (Índio na Visão dos Índios). Brasília: SPM-PR, 2015.

Disponível em:

<<http://www.thydewa.org/wp-content/uploads/2015/03/pelas-mulheres-indigenas-web.pdf>>

QUINTELA, S. **Economia Feminista e Economia Solidária: sinais de outra economia.** Rio de Janeiro, PACS, 2006. Disponível em:

<<http://www.pacs.org.br/files/2012/12/economia-feminista.pdf>>

Viver sem violência é direito de toda mulher. Brasília: SPM-PR, 2015 Disponível em:

<<http://www.spm.gov.br/central-de-conteudos/publicacoes/publicacoes/2015/livreto-maria-da-penha-2-web-1.pdf>>

ARTIGOS

ARAÚJO, C. (2000) **Marxismo, feminismo e o enfoque de gênero**. Rev. Dossiê Crítica Marxista, Campinas, n. 11, p. 63-70. Disponível em:

<http://www.ifch.unicamp.br/criticamarxista/arquivos_biblioteca/03clara.pdf>

Autonomia econômica das mulheres. Marcha Mundial das Mulheres. Terceira Ação Internacional, 2010. Disponível em:
<http://sof2.tempsite.ws/wp-content/uploads/2015/07/MMM_Internacional_autonomia_economica.pdf>

COSTA, J. C. (2011) **Mulheres e economia solidária: hora de discutir a relação.** Rev. Sociedade e Cultura, Goiânia, v. 14, n. 1, p. 19-27, jan/jun.

Resumo

O surgimento da economia solidária comporta aspectos ainda pouco explorados quanto à presença das mulheres nesse espaço, tais como a crescente e expressiva participação feminina nos grupos que articula, em especial nas organizações políticas que lhe constituem também como movimento social; a participação mais expressiva em grupos mais frágeis e precários; e o fato de serem ocultadas e invisibilizadas tanto no relato acerca das origens e fatos históricos da economia solidária quanto à expressiva participação nos grupos, sem que sejam estabelecidos os parâmetros para analisar as condições de produção dessa ausência. O presente ensaio propõe uma discussão sobre os aspectos problematizados. Para tanto, reconstitui panoramicamente o percurso histórico da economia solidária, suas particularidades na América Latina e Brasil, propondo um diálogo com a teoria de gênero formulada no âmbito feminista, visando reconstituir o percurso das mulheres no campo analisado e problematizar as relações que culminam com sua invisibilização como sujeito. Por último, reflete sobre os significados e reverberações produzidos por tal relação tanto para as trabalhadoras quanto para o movimento social constituído em torno da Economia Solidária.

Disponível em: <<http://www.revistas.ufg.br/fchf/article/viewFile/15649/9881>>

FARIA, N. **Economia feminista e agenda de luta das mulheres no meio rural.** Disponível em:
<<http://sof2.tempsite.ws/wp-content/uploads/2014/03/Economia-feminista-e-agenda-de-luta-das-mulheres-no-meio-rural-Nalu.pdf>>

FARIA, N. (2013) **Mulheres rurais na economia solidária.** Marco Social, 18 out. Disponível em <https://comunidaderural.files.wordpress.com/2011/03/mulheres_rurais_economia_solidc3a1ria.pdf>

FARIA, N. (2008) **Por onde passa a história de luta das mulheres.** In: PAPA, F. e JORGE, F. (orgs) O feminismo é uma prática: reflexões com mulheres jovens do PT. São Paulo: Fundação Friedrich Ebert. Disponível em
<<http://sof2.tempsite.ws/wp-content/uploads/2014/03/Por-onde-passa-a-historia-da-luta-das-mulheres-Nalu.pdf>>

KALIANNY, F. **Violência contra as mulheres: dos dados estatísticos às estratégias de enfrentamento.** Disponível em:

<<http://sof2.tempsite.ws/wp-content/uploads/2015/05/debates-feministas-VIOLENCIA-FERNANDA-KALIANNY.pdf>>

MAGRINI, P. R. et al (2010) **Economia social no contexto brasileiro: considerações sobre o caráter desigual do trabalho das mulheres.** Rev. Observatorio de la Economía Latinoamericana, n. 137.

Resumo:

Observa-se na sociedade atual, um caráter desigual nas relações de trabalho entre homens e mulheres, fato que pode ser constatado no cenário da economia social no contexto brasileiro. Tal desigualdade parece caminhar para uma naturalização, com fortes aspectos históricos. As diferenças são perceptíveis, tanto nas oportunidades, no caráter do trabalho, bem como nos benefícios, entre outros. Diante dessa situação, o presente texto tem como objetivo refletir sobre as relações de trabalho abrigadas pelo “movimento de economia solidária” e sob quais aspectos este movimento modifica e, ou proporciona melhorias na relação desigual Homem x Mulher no mundo do trabalho? E, nesse sentido, o que se conclui, é que a Economia Solidária, se estrutura em princípios norteadores, e ações, ainda incipientes, de melhorias e, ou mudanças nas relações de trabalho, mas parece ainda não demonstrar um movimento efetivo de superação das mazelas da divisão sexual do trabalho.

Disponível em: <<http://www.eumed.net/cursecon/ecolat/br/10/mofk.htm>>

NOBRE, M. (2003) **Diálogos entre Economia Solidária e Economia Feminista.** In: FARIA, N. e NOBRE, M. (orgs). **A Produção do Viver: ensaios de economia feminista.** São Paulo: SOF.

Cadernos Feministas. Disponível em:

<http://cirandas.net/articles/0030/3985/Nobre_Ecosol_e_Economia_Feminista.pdf>

NOBRE, M. (2003) **Mulheres na Economia Solidária.** In CATTANI, A. (org.). A Outra Economia. Porto Alegre: Editora Veraz e Unitrabalho. Disponível em:

<<http://sof2.tempsite.ws/wp-content/uploads/2015/07/MULHERES-NA-ECONOMIA-SOLIDARI-A-Miriam-Nobre.pdf>>

OLIVEIRA, J. P. (2008) **Mulheres na economia solidária: possibilidade de reconhecimento e emancipação social.** Rev. Sociedade e Cultura, v.11, n.2, p. 325 a 332.

Resumo:

O artigo em questão tem por objetivo acentuar as mudanças no mercado de trabalho na sociedade contemporânea. Nesse sentido, destaca o trabalho feminino que, de longa data,

sofre as mais diversas formas de desvalorização. As mulheres, cada vez mais, tornam-se responsáveis por subsidiar financeiramente suas famílias, e são elas também as que mais sofrem as consequências do desemprego ou do subemprego. Considerando tais aspectos, os empreendimentos de economia solidária são tidos como resposta a esse sistema que gera tanto uma desigualdade social, quanto uma desigualdade sexual no mundo do trabalho. Essas associações, além de propiciar a produção de renda, também possibilitam uma maior autonomia, auto-estima e participação democrática das mulheres, que é um pré-requisito fundamental da economia solidária.

Disponível em: <<http://www.revistas.ufg.br/fchf/article/viewFile/5290/4329>>

RANDÃO, A. M. (2010) **Economia Solidária e Feminista: a experiência da Casa da Mulher do Nordeste**. NAU - Revista Eletrônica da Residência Social do CIAGS/UFBA, Salvador, v.1, n.1, p. 65-70.

Resumo:

A Residência Social realizada na Casa da Mulher do Nordeste colocou-me diretamente em contato com um novo campo que surgiu recentemente dentro da área da Economia Solidária, e que foi batizado pela instituição como Economia Solidária e Feminista, que parece capaz de promover o empoderamento econômico e político de mulheres em situação de vulnerabilidade social, especialmente o das mulheres negras, consideradas as mais pobres entre os pobres. Os resultados alcançados pela Economia Solidária e Feminista são atribuídos a uma formação política que transversaliza permanentemente todas as ações e a estratégia de articulação destes grupos em redes, assumindo como pressuposto a necessidade do trabalho de incubação dos empreendimentos solidários em contemplar necessariamente a dimensão política junto com a técnica. Disponível em: <<http://www.periodicos.adm.ufba.br/index.php/rs/article/view/85>>

SANTOS, G. **Economia solidária e feminista: um encontro possível**. Disponível em: <<http://docplayer.com.br/18935538-Economia-solidaria-e-feminista-um-encontro-possivel-graciete-santos-1-introducao.html>>

SILVA, N. **O poder feminino na economia solidária**. Matéria publicada no site www.namu.com.br. Disponível em: <<http://www.namu.com.br/materias/o-poder-feminino-na-economia-solidaria>>

VÍDEOS

Apresentação da Plataforma Cirandas Disponível em:

<<https://www.youtube.com/watch?v=32rWAui01Yc>>

Série “Cidades Solidárias”

Os três vídeos a seguir compõem a série "Cidade Solidária", uma iniciativa do Projeto Nacional de Comercialização Solidária, realizado pelo Instituto Marista de Solidariedade (IMS), Secretaria Nacional de Economia Solidária do Ministério do Trabalho e Emprego (Senaes/MTE) e em parceria com o Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES) e a Plataforma Faces do Brasil.

- Consumo Solidário: Cadeias Produtivas na Economia Solidária

Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=Y_YMBUyk3_k>

- Comércio Justo e Solidário: Sistema Nacional do Comércio Justo e Solidário

Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=KtYQH7h9NBs>>

- Pontos Fixos: Estratégias de Comercialização Solidária

Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=EEk4tYpFBfk>>



**CÁRITAS
BRASILEIRA**



Fórum Brasileiro de
**Economia
Solidária**

**SECRETARIA DE
POLÍTICAS PARA AS MULHERES** **MINISTÉRIO DA
JUSTIÇA E CIDADANIA**

